ÁFRICA NEGRA
HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora
Dora Leal Rosa

Vice-Reitor
Luiz Rogério Bastos Leal

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial
Titulares
Ângelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
José Teixeira Cavalcante Filho
Alberto Brum Novaes

Suplentes
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
Maria Vidal de Negreiros Camargo

Casa das Áfricas

ÁFRICA NEGRA HISTÓRIA E CIVILIZAÇÕES

Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)

Elikia M'Bokolo

Com a colaboração de
SOPHIE LE CALLENNEC e de THIERNO BAH

Tradução de
MANUEL RESENDE

Revisão acadêmica da tradução para a edição brasileira
DANIELA MOREAU
VALDEMIR ZAMPARONI

Assistente: Bruno Pessoti

EDUFBA | Casa das Áfricas | 2011

B. Os movimentos políticos

Já antes da guerra as reivindicações africanas tinham encontrado no seio de diferentes movimentos os lugares e os cenários onde podiam amadurecer as suas exigências e fazer ouvir as suas vozes. Estes movimentos assentavam em bases diversas: grupos de intelectuais, associações de defesa de interesses, num pano de fundo religioso, étnico ou regional, grupos de pressão com objetivos sociais ou políticos etc. Os movimentos sindicais e os partidos políticos, que apareceram timidamente antes da guerra, iriam conhecer o seu pleno desenvolvimento durante a "marcha para a independência": admitidos progressivamente pelas autoridades coloniais, apoiando-se em movimentos sociais radicalizados, adquirindo formas novas e uma dimensão sem precedentes, foram a arma decisiva que permitiu à África recuperar a sua soberania.

1. *O movimento sindical*

De entre as formas "modernas" de organização da contestação e de expressão política de que a África soube munir-se, o sindicalismo é uma das mais antigas. Os sindicatos desempenharam, aliás, um papel fundamental no amadurecimento das consciências africanas, na passagem da contestação dos efeitos do sistema para a contestação do próprio sistema, e na passagem da contestação à ação. Houve vários fatores que contribuíram para exportar o modelo sindical de tipo europeu para o continente negro: por um lado, a integração nas centrais metropolitanas de trabalhadores negros vivendo na Europa e a sua consequente capacidade para transmitirem as suas formas de organização sindical à África; por outro lado, a criação por parte dos trabalhadores brancos ou pelos asiáticos de prolongamentos destas mesmas centrais na África e o exemplo que a luta sindical branca e os seus êxitos representavam, em especial nas regiões mineiras; por fim, mais tardiamente, a vontade de os sindicatos das metrópoles desenvolverem delegações suas na África.

A história do sindicalismo africano

Até à década de 1930, as metrópoles, inquietas com a agitação que o movimento sindical poderia criar na África, tinham tentado desencorajá-lo por meio da sua proibição mais ou menos clara. Estas restrições não tinham impedido que surgissem vários movimentos, desigualmente estruturados, como foi o caso do Congo belga, onde houve greves durante a guerra (UMHK em 1941 e Matadi em 1944). Em 1930, a Inglaterra, como sempre à frente dos outros, começou a rever as suas posições: Sidney Webb, ministro das Colônias, enviara uma circular aos governadores dizendo-lhes para autorizarem a criação de sindicatos africanos. Em 1940, o *Colonial Development and Welfare Act* precisava:

> Nenhum território receberá ajuda financeira enquanto não tiver feito entrar em vigor uma legislação que proteja os direitos sindicais e enquanto os empregos aos quais esta ajuda for destinada não forem regulamentados por um contrato que aplique uma disposição justa sobre os salários e proíba o trabalho a menores de catorze anos.

Na França, foi a Frente Popular (1936) que abriu a primeira brecha: dois decretos de março de 1937 autorizavam a criação de sindicatos nas colônias da África Negra e conferiam-lhes o direito de negociarem convenções coletivas. Esta legislação incluía dois limites importantes, uma vez que apenas era aplicável na África Ocidental Francesa e apenas incluía os trabalhadores que possuíssem diploma de estudos primários. Este direito foi alargado à África Equatorial Francesa em 1944, mas a legislação sindical global apenas foi instituída em 1952, com o Código do Trabalho aplicável aos Territórios do Ultramar.

As colônias belgas tiveram uma legislação mais tardia; dois despachos de 1946 autorizavam os habitantes do Congo a organizarem-se em sindicatos, condicionados por limites importantes: as centrais não podiam proceder a uma sindicalização simultânea de negros e de brancos; apenas os trabalhadores que ocupassem o seu lugar há já pelo menos três anos podiam aderir a um sindicato; e, sobretudo, a administração colonial reservava a possibilidade de participar em todas as reuniões, de pedir a exclusão de membros considerados perigosos e de vetar toda e qualquer decisão. Em 1957, o direito sindical foi alargado e o direito à greve concedido: só nessa altura o movimento sindical se pôde desenvolver.

Em finais da década de 1940 já o sindicalismo africano estava instalado. É evidente, como salientou Jack Woodis (*Africa, The Lion Awakes*, Londres, Wishard & Lawrence, 1961), que seria incorreto pensar que a legislação foi o fenômeno gerador do movimento sindical na África: já antes da autorização legal existiam movimentos, muitas vezes pouco ou mal estruturados. Nas colônias britânicas, o lendário pragmatismo do colonizador limitou-se a normalizar uma situação já existente de fato: o temor das irrupções era mais forte do que a vontade de transformação social.

O mais antigo sindicato negro foi sem dúvida o *Industrial and Commercial Workers Union*, criado em 1919 na África do Sul, que já em 1926 contava com 60 000 membros. Também na Serra Leoa o movimento sindical foi precoce (*African Railway Worker's Union*, criado na década de 1920). Na África Ocidental Francesa foi em 1937 que apareceu um sindicato de docentes, sob a égide de Mamadou Konaté e de Ouezzin Coulibaly. Na África britânica, os sindicatos nasceram durante a guerra, apresentando um grau de expansão variável de colônia para colônia. A Nigéria estava à frente: 5 sindicatos com 3500 membros em 1940; 62 sindicatos e 21 000 membros em 1942. Progressão comparável teve o Gana, e a África Ocidental em geral, assim como o Sudão britânico; pelo contrário, na África Oriental, onde a administração era mais reservada, verificava-se um atraso indiscutível.

As características do sindicalismo africano

Durante os vinte anos que durou a marcha para a independência, o sindicalismo africano foi marcado por algumas grandes constantes: dificuldade de recrutamento, devida em particular ao analfabetismo, à diversidade linguística e étnica e ao medo dos assalariados perante as possíveis represálias. Estes fatores tiveram as mesmas características nos diferentes territórios: escassez de efetivos relativamente às centrais dos países europeus e, sobretudo, desenvolvimento muito desigual consoante as regiões, cabendo a preponderância, fora do Norte da África, à União Sul-Africana e à África Ocidental (Nigéria, Gana, Guiné, Senegal); preponderância de algumas profissões de caráter geralmente estratégico, como os mineiros, os estivadores, os ferroviários, os marinheiros e os membros da função pública, já que, salvo na África do Sul, a indústria estava muito pouco desenvolvida para poder representar um núcleo potencial; separação quase total entre os sindicatos dos negros e os dos brancos; por fim, a persistência das reticências coloniais, expressa em diversas medidas, como o direito de controle, o período de experiência (Quênia), mas também medidas discriminatórias destinadas a desencorajar as adesões (Congo belga) ou as limitações dos empregos autorizados aos negros (África do Sul, *Industrial Conciliation Acts* de 1924, 1937 e 1956).

Contudo, a história do sindicalismo na África foi sobretudo assinalada por três fenômenos principais: a vontade de autonomia, a vontade de federação e a politização do movimento. Entre os primeiros sindicatos criados na África Negra, vários eram emanação de sindicatos europeus ou, então, tinham-se ligado com eles. As metrópoles, com efeito, desejosas de enquadrarem o movimento, de acautelarem o seu extravasamento e de ensinarem aos africanos as "regras corretas do jogo", mandaram sindicalistas europeus para lá e encorajaram a instauração de laços de filiação.

Na França e na Bélgica, as grandes centrais sindicais (Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT –, Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos – CFTC –, Force Ouvrière – FO –, no que respeita à França; Federação Geral dos trabalhadores Belgas – FGTB – e Confederação dos Sindicatos Cristãos – CSC –, no que respeita à Bélgica) não se fizeram rogadas: viram nisso um meio de se fortalecerem e de aumentarem as respectivas influências, e transpuseram para lá o seu modo de organização e gestão mas, ao mesmo tempo, os seus conflitos e as suas divisões. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os TUC (*Trade Union Congress*) foram mais reservados, de modo que, em certos casos, a administração teve de enviar administradores em lugar dos sindicalistas. Já no fim dos anos de 1940, mas sobretudo a partir de meados da década de 1950, os sindicatos africanos manifestaram a vontade de se autonomizarem em relação aos movimentos europeus (documento 93). É claro que os apelos à solidariedade entre trabalhadores de todas as raças ainda produziam os seus efeitos, mas os africanos tinham cada vez mais consciência da especificidade da sua situação e sofriam com o controle mal disfarçado de que eram alvo. O senegalês Magatte Lô dá um testemunho

dessa evolução, particularmente importante na África Ocidental Francesa, onde os sindicatos europeus estavam fortemente implantados:

> Na minha juventude militei ativamente nas organizações sindicais. Em 1945-1946 optei pelas fileiras da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). Na época, os nossos sindicatos não eram mais do que prolongamentos diretos, na África, das organizações das metrópoles.
>
> A CGT, por sua ideologia e por sua doutrina, parecia-me ser a única, entre as organizações sindicais, suscetível de libertar os trabalhadores do continente do trabalho forçado e de os preservar contra a exploração do homem pelo homem.
>
> A sua ideologia não podia de modo algum deixar insensível e indiferente a juventude do meu país que aspirava profundamente à liberdade e à dignidade. Acabávamos de sair de uma guerra na qual o Senegal tinha pago um pesado tributo em vidas humanas e no decurso da qual o seu povo tinha sofrido todo o gênero de privações e humilhações. [...]
>
> Havia surgido um movimento pela autonomia sindical africana. O nascimento da CGTA em 1956, depois o da UGTAN[9] em 1957, consagravam a existência de uma doutrina especificamente africana que se propunha acabar com a economia colonial, capitalista, por meio de greves de assédio com vista a desencorajar o Capital de continuar nos nossos países. (*Sénégal, Syndicalisme et participation responsable*, Paris, L'Harmattan, 1987, pp. 11-12).

Documento 93: Autonomia e unidade sindical na África, marcos cronológicos

1947	– Dacar, Conferência Sindical sob a égide da CGT.
1949	– Criação de um Sindicato Autônomo dos Ferroviários da AOF, por separação da CGT.
1954	– Conakry, Congresso Intersindical dos Funcionários: vários sindicatos deixam a CGT.
1955	– Conakry, reunião do comitê de coordenação do RDA, que evoca a questão da desfiliação das centrais africanas. Kaolack (Senegal), comitê geral da CGT: secessão de várias seções e criação da CGTA. Congresso constituinte da CGTA; proposta para organizar um congresso juntando "todas as organizações sindicais e artesanais africanas".
1956	– Apelo da CGT, da CGTA e dos Ferroviários da AOF para a criação de um sindicato autônomo unificado. Divisão da CFTC e criação da CATC, que pondera a criação de um sindicato único para toda a AOF.
1957	– Cotonu, criação da UGTAN (União Geral dos Trabalhadores da África Negra). Na AEF, divisão da CGT e criação da CGTA (Confederação Geral Aefiana do Trabalho).
1958	– Abidjan, autonomização dos sindicatos FO (*Force Ouvrière*) e criação da CASL-FO (Confederação Africana dos Sindicatos Livres-FO). Acra, Primeira Conferência dos Povos Africanos: é emitida a idéia de uma confederação dos sindicatos africanos.

1959	– Casablanca, Primeira Conferência Sindical Pan-Africana. Conakry, Congresso da UGTAN.
1960	– Tunis, segunda Conferência dos Povos Africanos.
1961	– Casablanca, Congresso Constituinte da USPA (União Sindical Pan-Africana).

Fonte: cronologia estabelecida por Sophie Le Callennec

O debate continuou por muito tempo com a questão das filiações nas federações internacionais, tendo as centrais africanas de escolher, devido à Guerra Fria, entre duas confederações, a FSM (Federação Sindical Mundial, de ideologia comunista) e a CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, de inspiração anticomunista).

Em algumas colônias, como nos Camarões e na Nigéria (um nigeriano sindicalizado em cada dois pertencia a um sindicato de menos de 250 membros em 1952), a multiplicação dos sindicatos provocou uma fragmentação do movimento. Os britânicos, aliás, encorajaram muito a gestão descentralizada dos sindicatos e a sua fragmentação, esperando assim conter o movimento. Porém, fazia-se sentir por todo o lado uma preocupação de união, que se traduziu, notadamente nas colônias francesas, numa certa concentração: assim, em 1956, a CGT, a CGTA, a CATC (Confederação Africana dos Trabalhadores Crentes) e os Ferroviários (15.000 membros só a sua parte) agrupavam 90 % dos sindicalizados da África Ocidental Francesa. Começava a manifestar-se claramente uma vontade de união. No Gana, em 1944 foi criada uma primeira confederação, numa altura em que os sindicatos eram ainda muito pouco numerosos. São muitos os exemplos, sendo a UGTAN um dos mais conhecidos: estas concentrações permitiram alguma coordenação no quadro de cada território, ou mesmo de cada região, mas as fontes de divisão eram demasiadas para que pudesse haver uma unidade real: confissão religiosa, filiação política, escolha dos meios de luta, maior ou menor radicalização, especificidades nacionais etc.

Originalmente, o movimento sindical exprimiu unicamente reivindicações de ordem econômica e social: os funcionários reclamavam um estatuto idêntico ao dos funcionários da metrópole, os operários procuravam obter melhores condições de trabalho, melhores salários, cobertura social, subsídios familiares. Como mostraram Jean Meynaud e Anisse Salah-Bey, uma das principais razões que tinham levado os britânicos a aceitarem a criação destes sindicatos era a sua esperança de poderem assim "separar as reivindicações econômicas da reclamação política e evitar que o sindicalismo reforçasse o nacionalismo". De fato, o movimento sindical deu amplas provas no domínio das reivindicações socioeconômicas. Os meios de contestação eram diversificados: negociação, propaganda e jornais, greve de zelo, greve geral. Mas, rapidamente, ambos os combates, social e político, confluíram:

> No fim da guerra, a situação estava suficientemente madura para uma revolução político-social. Foi por isso que, embora o combate da classe operária tivesse por finalidade defender os seus interesses (liberdades sindicais, unificação das zonas de salários, elaboração ou extensão de convenções coletivas etc.), confundia-se em larga medida com o dos políticos que se tinham comprometido na luta pela descolonização dos povos da África. (Magatte Lô, *op. cit.*, pp. 18 e 19).

A greve de 1950 na Gold Coast é característica da ligação estreita que podia existir entre as aspirações de ordem econômica e social e as esperanças políticas: conduzida sob a forma de greve geral, teve por objetivo derrubar a ordem colonial. A natureza e a força das ligações entre o movimento sindical e o nacionalismo foram extremamente diferentes consoante as colônias. Por vezes, essa ligação não pôde estabelecer-se, fosse porque o movimento nacionalista tivesse uma reduzida dimensão, como na África Equatorial Francesa ou no Uganda, fosse porque os sindicatos recusassem politizar-se por medo das represálias, como na Rodésia do Norte.

Mas, de maneira geral, o sindicalismo do período anterior às independências atuou em consonância com o nacionalismo. Existem numerosos tipos de cenários: o sindicalismo com origem no movimento nacionalista (a Guiné de Sékou Touré); o sindicalismo encorajado pelos líderes políticos e parte integrante do nacionalismo (Nigéria e África Ocidental Francesa); a recuperação do sindicalismo por um movimento de nacionalismo unificado (Gold Coast); a colaboração através de uma estrita repartição dos papéis (Tanganica); o sindicalismo como expressão autorizada de um nacionalismo refreado (Quênia e, em menor medida, o Congo belga) etc. Muitas personalidades políticas foram formadas no movimento sindical e muitos dirigentes sindicais tiveram lugar nos partidos nacionalistas. Tanto assim foi que, nos últimos anos da colonização, era difícil separar os movimentos sindicais dos movimentos políticos, tão intimamente imbricados estavam.

2. *Os partidos políticos*

O segundo pilar das sociedades políticas ocidentais, os partidos políticos, que os africanos também recuperaram e de que se apropriaram, foram a ferramenta que permitiu aos nacionalismos expandir-se e atuar com eficácia. Desde antes da Segunda Guerra Mundial apareceram na África francesa e britânica[10] os primeiros partidos políticos – ou movimentos que se podem assimilar aos partidos políticos: o ARPS da Gold Coast, o *Nigerian Democratic Party* e o *National Congress of British West Africa* foram as suas primeiras formas, ainda pouco organizadas, com uma ação limitada e um fraco impacto. Porém, no conjunto, os partidos da independência surgiram quase simultaneamente, a seguir ao conflito mundial de 1939-1945.

O desenvolvimento dos partidos foi porém desigual nas diferentes regiões do continente e escalonou-se por vários anos. Efetivamente, a emergência e o

desenvolvimento dos partidos supunham três condições: uma maturidade de consciência, que era diferente consoante os territórios; a existência de uma classe ou de uma categoria social capaz de organizar a ação política, e daí o impulso precoce dos partidos em toda a África Ocidental; e a possibilidade de eles assumirem uma das funções de um partido político, a saber: a preparação de eleições (o que explica o desenvolvimento original dos partidos na África francesa).

No Senegal, por exemplo, onde o estatuto das "quatro comunas" passou a dar aos seus "originários" o direito de eleger um deputado a partir de 1879, os partidos surgiram precocemente. Em 1914, os eleitores enviaram à Câmara o primeiro africano, Blaise Diagne: as suas campanhas eram então animadas por um simples comitê eleitoral, o do Jovens Senegaleses. Na década de 1930, as campanhas de Galandou Diouf, deputado do Senegal entre 1934 e 1941, eram apoiadas por uma coligação integrando os murides, os cultivadores e os antigos combatentes, enquanto o seu adversário Lamine Guèye beneficiava do apoio do Partido Socialista Senegalês (formado em 1929) de cujos membros faziam parte muitos intelectuais e letrados. A vitória da Frente Popular na França, em 1936, deu um impulso ao movimento socialista senegalês e assistiu-se à constituição na colônia de uma seção da SFIO (Seção Francesa da Internacional Socialista). Fortalecidos por esta experiência política já estabelecida, os senegaleses puderam então constituir um verdadeiro partido, o Bloco Africano de Lamine Guèye e Léopold Sédar Senghor.

No Congo belga, pelo contrário, a ausência total de participação dos negros na gestão dos assuntos políticos e a vontade de evitar a constituição de uma elite impediram durante muito tempo a emergência de partidos. Excluindo a ABAKO, o seu aparecimento foi ao mesmo tempo tardio (a partir de 1956), súbito, maciço e determinado em grande parte pela preparação das primeiras eleições municipais (1957) nas grandes cidades (Leopoldville, Elisabethville e Jadotville). Esta história particular teve consequências duradouras na vida política da colônia belga. A proibição de formar partidos tinha sido contornada pela multiplicação de associações étnicas que se transformaram depois em partidos: o "fator étnico" (Crawford Young) e o "tribalismo" tornaram-se assim componentes essenciais da vida política do Congo. Além disso, a maior parte dos partidos políticos foi fundada na linha dos movimentos anteriormente existentes, movimentos messiânicos, associações, clubes e redes de intelectuais e de membros da pequena burguesia colonial: no Congo belga, mais do que em qualquer outro ponto do continente negro, foi notável a filiação entre os antigos focos de contestação e as formas modernas de luta pela independência.

Segundo Thomas Hodgkin (1956), as primeiras formações políticas africanas assemelhavam-se mais a "congressos", no sentido britânico do termo, do que a verdadeiros partidos: efetivamente, procuravam representar o conjunto dos africanos e não uma parte destes; eram compostos por um mosaico de entidades díspares, unidas em volta de um comitê de coordenação e tinham reivindicações

ao mesmo tempo heterogêneas e radicais. Neste particular, é notável o caso do NCNC (*National Council for Nigeria and the Cameroons*): agrupava não só diferentes partidos mas também sindicatos, associações de caráter étnico e organizações sociais diversas.

O que mais saltava à vista nestes partidos políticos era a sua espantosa diversidade, visível em todos os planos. Tinham raízes de passados variados e haviam sido construídos com base em diferentes origens: as associações de intelectuais, como o *Northern People Congress* na Nigéria; as associações de defesa dos africanos, como na Gold Coast e no Tanganica; os movimentos religiosos (o matsuanismo e a União Democrática de Defesa dos Interesses Africanos no Médio Congo, o kimbaguismo e a ABAKO no Congo belga) ou partidos de suporte religioso (os muçulmanos no referente ao *Gambia Muslim Congress*, os não -muçulmanos no referente ao Partido Progressista Chadiano, os católicos no que se refere ao *Democratic Party* do Uganda); movimentos ou partidos nacionalistas já antigos, como em Madagascar; o movimento sindical, como no caso de alguns partidos senegaleses; por último, os partidos políticos europeus, nos territórios franceses. Com efeito, a política francesa de assimilação e de associação tinha levado à constituição de ramos africanos dos partidos metropolitanos.

Os laços entre os partidos europeus e os seus homólogos africanos eram por vezes estreitos, como no caso da SFIO senegalesa (1936), dos ramos do RPF, dos diferentes partidos comunistas ou sociais-cristãos. Tal como acontecia com o movimento sindical, as divisões metropolitanas refletiam-se nas colônias: assim, no Senegal, em 1939, o movimento socialista era representado por quatro seções dos quatro partidos franceses, o Partido Republicano Socialista, o Partido Radical Socialista, o Partido Socialista Independente e a SFIO. E, tal como para os sindicatos, a questão das demissões de filiados colocou-se de maneira preocupante. Os militantes destes partidos tomavam progressivamente consciência de que os partidos metropolitanos viam os "Territórios do Ultramar não como fins mas como meios" (carta de demissão da SFIO de Léopold Sédar Senghor dirigida a Guy Mollet, em 27 de setembro de 1948), e tinham como finalidade engrossarem o seu eleitorado e não lutarem pela mudança nas colônias.

Outra fonte de diversidade consistia no fato de as bases geográficas serem mais ou menos vastas. Na maior parte das vezes a colônia era o cenário de expansão do nacionalismo (a TANU no Tanganica, o MDRM em Madagascar, o MESAN no Ubangui-Chari, o MNC de Lumumba no Congo belga, o Bloco Democrático Gabonês, a *Kenya African Union*, a União Sudanesa, o *Southern Rhodesia African National Congress*, o *Uganda National Congress*, a União Democrática do Níger e, mais tarde, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO em Moçambique, o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC). Mas o cenário dos territórios traçados pela colonização foi por vezes ultrapassado: o caso do NCNC é completamente original dado o seu duplo interesse para a Nigéria e para os dois

Camarões. Na mesma linha, o Comitê da Unidade Togolesa, o *Togoland Congress*, a União das Populações dos Camarões, a *Somali Youth League* e o *Kamerun National Democratic Party* militavam pela reunificação dos respectivos países e a *Entente* Mauritana tinha por objetivo a união da Mauritânia com Marrocos. Indo mais longe, como no movimento sindical, os líderes políticos depressa tomaram consciência do peso potencial que a sua ação podia representar e do interesse que teriam em unir as suas forças criando federações de partidos ultrapassando as fronteiras traçadas pela colonização: foi assim que nasceram partidos de vocação pan-africana, o mais conhecido dos quais é por certo o RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*), mas este não foi único no gênero. Surgiram também o *Parti du Regroupement Africain*, o *Indépendants d'Outre-Mer*, o *Parti de La Fédération Africaine* e o *Mouvement socialiste Africain* na África francesa; a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas e a Frente Africana contra o Colonialismo Português, na África portuguesa, e o *Panafrican Freedom Movement of Eastern, Central and Southern Africa*, agrupando partidos da África inglesa e portuguesa.

No extremo oposto, alguns partidos políticos foram criados numa base regional ou étnica. Esta tendência corresponde a dois tipos de situações: um real desejo de autonomia ou de considerar as especificidades regionais ou a oportunidade de expressão superando as proibições, a coberto de um agrupamento étnico. Por fim, era estratégia deliberada, por parte das elites em competição pelo poder, explorar a fundo os fatores étnicos. Assim nasceram o *Parmehutu* (Partido de Emancipação dos Hutus) no Ruanda-Urundi, a *Conakat* (Confederação das Associações Tribais do Catanga) no Congo belga, o *Afro-Shirazi Party* em Zanzibar, o *Northern People's Congress* na Nigéria, e o *Northern People's Party* na Gold Coast. Alguns partidos, de vocação nacional tinham na realidade uma base étnica ou regional: os mbochis para o MAS no Médio-Congo, os balubas e a região do Kasai para o MNC-Kalonji no Congo belga, os iorubás para a *Action Group* na Nigéria, os hereros, os damaras e os namas para a *South West Africa National Union* no Sudoeste Africano, os mouros para a União Progressista Mauritana, os laris e os bakongos para a União Democrática de Defesa dos Interesses Africanos no Médio-Congo e as populações de fora do Buganda para o *Uganda People's Congress*.

Mesmo num país como o Senegal, onde os partidos eram numerosos e o "tribalismo" muito marginal, assiste-se ao florescimento de um grande número de movimentos de base regional ou étnica: Movimento Autônomo Casamancês, Movimento das Forças Democráticas de Casamança, Associação do Despertar do Rio, Partido Trabalhista Saloum Saloum, Partido Independente do Sine-Saloum, Frente Democrática Thiessesa, Bloco Democrático do Diambour, Partido para a Defesa dos Interesses de Kolda, Grupo Democrático de Kolda, Partido Independente da Comunidade da Península de Cabo Verde etc. Esta mesma tendência para a constituição de partidos de base étnica encontrava-se em quase todos os países e degenerava por vezes em conflitos abertos que os poderes coloniais procuravam explorar, quando não os provocavam, querendo tomá-los como pretexto para

frearem a marcha para a independência, como no Ruanda, no Burundi, no Uganda, no Congo belga e na Nigéria.

A base social era menos diversificada: de um lado encontravam-se os partidos saídos da classe dos "evoluídos", da *intelligentsia* africana ou da classe média quando esta existia; do outro, havia os partidos que se apoiavam nas massas populares, em especial nos jovens do subproletariado urbano tais como os *verandah boys* na Gold Coast, os *sandwich boys* nos Camarões, os *boma boys* na Nigéria e as "juventudes" no Congo belga. O Bloco Nigeriano de Ação e o *Sierra Leone People's Party* encontraram a sua base entre os chefes tradicionais; o *National Council of Sierra Leone* recrutava os seus quadros na burguesia crioula da colônia. Mas esta distinção nem sempre era muito pronunciada: a maior parte dos partidos, a exemplo do movimento de Kwame Nkrumah, procuravam juntar as forças nacionais. Além disso, como em todos os cenários políticos, os intelectuais representavam geralmente uma espécie de traço de união estando presentes em todas as tendências.

Estes partidos diferenciavam-se também por numerosos outros critérios que apenas iremos aqui enumerar:

- o seu modo de organização, bem estruturado (como o Partido Democrático da Guiné) ou não, centralizado ou descentralizado, partido de quadros (como o Partido Progressista Sudanês) ou partido de massas (como o CPP na Gold Coast);
- o seu funcionamento, democrático e autoritário;
- a sua legalidade ou, pelo contrário, a sua ilegalidade;
- a existência de elos com os grupos de juventude ou de mulheres (por exemplo, no *Zanzibar National Party*);
- a importância do ou dos líderes.

As opiniões emitidas iam da extrema moderação, como numa grande parte da África francesa, ao "nacionalismo radical" (Richard Joseph), como na UPC dos Camarões, porque as bases ideológicas não eram uniformes. É claro que, numa primeira fase, a luta política não visava ainda a independência; as primeiras reivindicações foram geralmente semelhantes nas diferentes colônias: reconhecimento das elites, abolição dos abusos do colonialismo tais como o trabalho forçado, ação a favor de uma recuperação econômica na sequência imediata da guerra e, progressivamente, a aquisição de direitos políticos. Mas surgiram tendências muito variadas nestes partidos: alguns eram fiéis ao movimento comunista e viam na descolonização a primeira etapa de uma revolução global; outros, pelo contrário, eram de uma extrema moderação e encaravam a independência apenas como uma perspectiva longínqua; alguns reclamavam a partida imediata dos colonizadores, utilizando se necessário fosse a luta armada; muitos foram adeptos de negociações, primeiro, lutando apenas para incrementar

os direitos dos africanos, e seguidamente por sua participação nos assuntos cívicos. Por fim, na marcha para a independência, os seus programas não foram uniformes: alguns dedicavam-se exclusivamente à luta política, mas outros integravam nos seus projetos ambições econômicas e sociais; assim, o MESAN imaginou desde muito cedo um programa de dinamização do mundo rural por intermédio de uma cooperação, ao passo que a TANU pusera a tônica, desde a sua fundação, no progresso da educação e na supressão das taxas que oneravam as produções agrícolas e a criação de gado, reduzindo deste modo os lucros do campesinato. Finalmente, a reivindicação a favor da autonomia não tinha em todos os lados a mesma importância: era forte na maior parte dos territórios ingleses; pareceu dissipar-se, no início da década de 1950, em muitos dos partidos políticos da África francesa, cujos deputados, presentes na Assembleia Nacional, pareceram satisfazer-se com as estruturas novas (1946) da União Francesa.

A construção da nação: a TANU

O Tanganica era uma das colônias onde a combatividade fora mais ativa durante o período da colonização: a resistência à colonização alemã, a força do movimento *maji-maji*, a dificuldade dos britânicos em impor-se, a existência de uma associação muito antiga de "evoluídos", a TTACSA, mais tarde TAA (*Tanganyika African Association*) em 1929 – tudo isto preparara a população para a marcha vigorosa rumo à independência. No entanto, a TANU (*Tanganyika African National Union*) apenas foi criada em 1954 pela própria TAA, consciente da inadequação da sua organização às necessidades reais do país, ou seja, à luta política. A TANU, desde o início, capitalizou o que existia, captou o apoio popular e impôs-se como a chave do combate anticolonial:

> A *Tanganyika African National Union* é, em certo sentido, uma organização nova, mas, noutro, é uma organização antiga. Herdou o que era antes a *Tanganyika African Association*. A *Tanganyika African National Union* [...] é uma organização nova no sentido em que é uma organização política, enquanto a anterior era meio social e meio política.
>
> Nos dez últimos meses, em que nos tornamos realmente uma organização política, tentamos organizar-nos. As seções da Associação tornaram-se automaticamente seções da *Tanganyika African National Union* e estão espalhadas por todas as regiões. (Julius Nyerere, comunicação às Nações Unidas).

A originalidade da TANU assentava na sua vontade de unir a população, dissolvendo as clivagens regionais e étnicas: a experiência do *maji-maji* ensinara aos líderes políticos que a vitória só poderia ser obtida com a condição de se alargar a influência do partido a todo o território e de o unir num mesmo combate. Ora, apesar da sua integração progressiva no império comercial swahili no século XIX, o Tanganica era uma colônia muito fragmentada, situação esta que se agravava

com a fragilidade dos meios de comunicação e de transporte. Com o fim de edificar uma ampla união, o partido decidiu desde o princípio rejeitar toda e qualquer filiação confessional ou ideológica. Recusou debruçar-se sobre os problemas raciais (os brancos e os asiáticos eram em número considerável no território), declarando que a independência deveria ser adquirida para todos, que a lei da maioria deveria dar logicamente o poder aos negros, mas que as outras "raças" não seriam maltratadas no seio da nação. Apoiou-se nas "forças vivas", nos intelectuais, nos comerciantes, nas cooperativas agrícolas e nos sindicatos, trabalhando tanto nos meios urbanos como nos rurais, utilizando o swahili para fazer penetrar as suas reivindicações no seio das massas populares iletradas, contraindo alianças com os movimentos existentes como o sindicalismo, ou criando novos movimentos como os grupos de juventude. Para dar ao partido uma ampla audiência e uma sólida coesão, foram criadas seções regionais um pouco por todo o lado, sendo os líderes do partido escolhidos entre os oriundos de toda a colônia. Recusando aceitar clivagens étnicas ou regionais, a TANU distinguiu-se assim dos seus vizinhos ugandeses e quenianos.

Um dos objetivos que a TANU se havia imposto dizia respeito à necessidade de educar politicamente a população, em especial fazer-lhe aceitar um combate "pacífico" contra o colonizador:

> No Tanganica, [esta opção] era, no início, mais difícil. A recordação das guerras Hehe e Maji-Maji contra a colonização alemã, e da sua implacável repressão, estava firmemente gravada na memória do nosso povo. Do mesmo modo, lembravamo-nos do fato de os nossos próprios conquistadores terem sido vencidos pelos britânicos que, a partir daí, governavam o nosso território. O povo, e mais especialmente os antigos, perguntava: Como podemos ganhar sem espingardas? Como poderemos ter a certeza de que não haverá uma repetição dos acontecimentos das guerras Hehe e Maji-Maji?
>
> Por este fato, a TANU teria de começar explicar ao povo que os métodos pacíficos de luta pela independência eram possíveis e podiam vencer. Tal não significava que as pessoas deste país fossem covardes, ou particularmente amantes da não violência; não, sabiam bater-se; tinham sido gravemente derrotadas e implacavelmente exterminadas. Em conseqüência disso, com realismo, queriam saber por que razão a TANU pensava que podíamos ganhar sem armas. (Julius K. Nyerere, *Freedom and Unity. Uhuru na Umoja. A Selection from writings and Speeches (1952-1965)*, Oxford University Press for the Royal Institute of International Affairs, Londres, 1967, pp. 2 e 3).

A carta da etnicidade: a ABAKO

Um dos problemas mais presentes e mais difíceis da historiografia africana refere-se à etnicidade. É verdade que o fato colonial contribuiu, direta ou indiretamente, para a emergência das referências étnicas: o traçado de novos

territórios, a vontade de se opor à globalização, o desejo de conservar ou de encontrar marcos de referência, a procura de clientelas eleitorais e políticas, tudo concorreu para que numerosos africanos se voltassem para o seu grupo de "origem", real ou conceitualizado. Os partidos seguiram nesta pegada, e foram vários os que se criaram com base num grupo étnico ou regional e que se propuseram como objetivo a promoção e a defesa dos interesses de um grupo particular, no interior ou para lá das fronteiras coloniais. Neste contexto, a ABAKO representa um caso muito particularmente interessante, na medida em que o partido não foi o produto de uma referência étnica vivaz, mas antes produziu tal referência: pode aqui falar-se de etnogênese.

Fundada em 1950 no Congo belga, a ABAKO, a princípio, não era mais do que uma simples associação de defesa cultural da língua kongo. A sua criação fora favorecida por um clima propício em que se confrontavam os adeptos e os detratores de uma "personalidade" kongo. De um lado encontravam-se alguns belgas, como é o caso de Monsenhor Jean Cuvelier, apaixonados pela história do antigo reino de Kongo e convencidos da capacidade de renovação das elites kongo. Do outro lado figuravam os colonizadores, convencidos da grande inferioridade das culturas africanas e da incapacidade fatal de os "evoluídos" tomarem conta de si mesmos; o progresso passava pois, necessariamente, pela assimilação total da cultura europeia por parte destas elites:

> Um evoluído é, na nossa opinião, um indígena que já não tem praticamente qualquer ligação com o seu meio costumeiro e os usos e costumes ancestrais, e cujo *standing* material e intelectual, mas não moral muitas vezes, é de longe superior à média dos desenraizados. [...]
>
> Entre nós não há muitos evoluídos que, a exemplo dos nacionalistas orientais, voltem as costas à cultura européia para optarem pela cultura ancestral, decididamente demasiado indigente neste país.
>
> Os nossos evoluídos compreendem de resto muito bem o que devem aos seus benfeitores europeus; as suas reações de ingratidão apenas nascem de um sentimento pagão de orgulho ferido, mais fórte do que qualquer outro sentimento dos seus corações. Em contrapartida, muito poucos sabem quanto devem aos seus irmãos, a quem viram as costas com desprezo, não respondendo assim ao mais belo papel de cooperação para que os convidamos. (Rubbens e Ballenger, *Dettes de guerre*, Elisabethville, Editions de l'Essor du Congo, 1945, pp. 114 e 116).

É certo que a ABAKO se constituiu então tendo por missão "defender" a língua kongo, devido especialmente ao fato do avanço do lingala (a língua do comércio fluvial, proclamada pelos colonizadores como a língua da Força Pública e destinada, por isso, a uma grande expansão), mas também e sobretudo para defender e promover os interesses dos kongos (ou bakongos), os da província do

Baixo Congo e, mais ainda, os que viviam em Leopoldville e que, notadamente no plano profissional, se sentiam em posição de inferioridade em relação à "gente do Alto" (Alto Congo), comumente designados pelo etnônimo colonial de bangalas. O grupo referia-se incessantemente ao antigo reino como a uma idade de ouro, e procurava restaurar a unidade dos kongos e o seu esplendor cultural e social.

A chegada de Joseph Kasa-Vubu à direção da associação, em 1954, assinalou uma primeira virada: porque, ao mesmo tempo que imprimia à ABAKO o seu dinamismo e as suas vontades pessoais, o destino do grupo ficava a partir desse momento inteiramente ligado ao do seu chefe. A associação desenvolveu-se, expandiu a sua propaganda junto dos kongos da capital colonial, aumentou o número dos seus aderentes que eram ainda em 1954 apenas 200, implantou-se nas zonas rurais e, sobretudo, empenhou-se progressivamente na via da politização: afirmando que a população de Leopoldville se compunha de mais de 80% de kongos, a ABAKO reclamou a sua participação nas grandes decisões da cidade e pediu o cargo de chefe da cidade. A publicação, em 1956, de um *Manifeste de l'Abako*, em resposta ao *Manifeste de Conscience Africaine* saído alguns meses antes, de tendência "nacionalista", acabou de completar a transição para uma atividade de tipo político. Pela primeira vez, a ABAKO afirmava-se abertamente em oposição à colonização; as suas posições prefiguravam além disso a sua vontade futura de preservar a autonomia dos kongos:

> É pura utopia querer levar todos os congoleses a ter a mesma opinião. Ora, é a opinião que faz o partido e não as circunstâncias históricas. A luta entre os partidos, embora perigosa, é necessária numa democracia. [...] Uma vez que a verdadeira união dos povos congoleses apenas poderá realizar-se pela via da evolução política, esta evolução no sentido do progresso democrático deve começar em primeiro lugar com base no que existe. Isto significa que os grupos, histórica, étnica e lingüisticamente unidos ou aparentados, se organizam para formarem outros tantos partidos políticos. Cada partido elegeria os seus representantes. (Citado em *ABAKO (1950-1960)*, Bruxelas, CRISP, 1962, p. 41).

Nesta data, as bases da ABAKO como partido político estavam definidas: programa político e depois eleitoral, apoio num chefe forte e reconhecido, base eleitoral no Baixo Congo e em Leopoldville. Erigido em verdadeiro partido desde a autorização colonial de constituição de partidos políticos, a ABAKO foi um dos principais vetores da marcha para a independência no Congo belga, alternando os períodos de atividades legais (até 1959), um período de entrada em revolta e na clandestinidade (acontecimentos de 4 de janeiro de 1959), depois uma fase de acordos (mesa-redonda de Bruxelas sobre a independência), e participando em todos os momentos decisivos da história congolesa. O partido deixou uma marca perene: iniciou a emergência de uma referência étnica duradoura e, pelo acesso do seu chefe à magistratura suprema, conferiu-lhe um valor simbólico; mas,

a *contrario*, legou ao Congo-Kinshasa a pesada herança de uma vontade separatista que iria hipotecar pesadamente a vida do jovem Estado.

A vontade pan-africana: o RDA

O contexto político francês e franco-africano criava um ambiente propício à eclosão de sentimentos pan-africanos: a assimilação favorecia o encontro entre militantes africanos dos diferentes territórios, que se encontravam na Assembleia Nacional em Paris; as diferentes colônias tinham o mesmo estatuto, o mesmo modo de gestão, a mesma estrutura organizacional, e eram geridas simultaneamente pelas mesmas leis e decretos; o agrupamento de tipo federal em grandes conjuntos (AOF, AEF, Madagascar) criava uma comunidade de fato entre os africanos da mesma região. Por fim, e talvez sobretudo, a frequência das mesmas escolas públicas (William Ponty para a AOF e Édouard Renard para a AEF) ou confessionais (o seminário de Yaundé, o de Kisantu no Congo belga) estabeleceu entre os membros da elite laços de camaradagem e de fraternidade que ultrapassavam os partidos políticos, conferindo-lhes simultaneamente uma cultura comum. Assim, por exemplo, Lamine Guèye, professor em William Ponty em 1920 antes de se tornar advogado em tempo integral, teve entre os seus alunos o marfinense Félix Houphouët-Boigny, o congolês Jean-Félix Tchicaya, o sudanês Mamadou Konaté e o guineense Mamba Sano. No seio da Associação dos Antigos Alunos e Amigos da Escola William Ponty e nas redes menos formalizadas da administração e depois da política, coube um papel de primeiro plano aos alunos mais brilhantes, entre os quais Ouezzin Coulibaly (que foi além disso Diretor dos Estudos sob a Frente Popular), Modibo Keïta, Félix Houphouët-Boigny ou os guineenses Diallo Sayfoulaye e Diallo Telli.

Desde a data da sua eleição para a Assembleia Constituinte em Paris, em 1946, os deputados africanos (eram 11 dos 24 e depois dos 27 deputados eleitos nas colônias) manifestaram uma boa capacidade de negociação e de entendimento: assim, em vez de aderirem à SFIO como lhes sugeria o "decano" Lamine Guèye, decidiram dividir-se pelos três grandes partidos franceses da época, o PCF (ao qual se aparentou o RDA), a SFIO e o MRP, a fim de criarem alianças com cada um deles e manterem boas relações em caso de eventuais necessidades da sua causa. Do mesmo modo, foi unanimemente que ameaçaram demitir-se em 1946, face ao novo projeto constitucional que achavam instituir em direito uma desigualdade de fato. Em 1946, a saída de um *Manifeste* comum, que assumia a "recusa histórica de submissão do Negro" (Doudou Guèye) e apelava a uma ampla reunião das forças políticas da África francesa para se conseguir "a união de todos os Africanos (a fim de se) libertarem do colonialismo para entrarem, com todos os direitos políticos, sociais e culturais, numa união livremente aceita das populações da África e do povo francês", foi testemunho desta solidariedade já visível noutros lados. Esta concretizou-se em outubro com o Congresso de Bamako no decurso do qual foi criado o RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*).

A vocação pan-africana do RDA traduziu-se quer na ideologia quer no modo de funcionamento adotados. O partido tinha por vontade unir o mais amplamente possível os africanos e fazê-lo ultrapassando as clivagens políticas, religiosas e outras:

> [A nossa] união é uma realidade independente das concepções filosóficas ou religiosas, das afinidades étnicas, da situação social.
>
> Muçulmanos, cristãos ou animistas, homens do Norte ou do Sul, chefes, funcionários, comerciantes, assalariados ou camponeses, todos os africanos percebem hoje que são solidários, que sofrem a mesma exploração e que quem quer dividi-los só quer perpetuar a sua sujeição.
>
> Ora, é esta união real que o *Rassemblement* deve traduzir e organizar. Nenhum daqueles que querem subscrevê-la tem o direito de querer impor a sua ideologia. Todos nós devemos colocar as nossas capacidades pessoais ao serviço da idéia fundamental da União dos Africanos. (Félix Houphouët-Boigny, *Circulaire du Comitê de Coordination du RDA*, 26 de Fevereiro de 1947).

A união das forças políticas no seio do RDA fazia-se, pois, à revelia de qualquer ideologia, com base num programa mínimo, a luta contra o estado de dominação em que se encontravam os africanos e a luta contra as falsas soluções:

> Colocando acima de todas as divergências filosóficas ou religiosas a preocupação de lutar pelo progresso rumo à liberdade e ao bem-estar das populações africanas, [os membros do RDA] apenas querem ver hoje o esforço considerável que a situação exige dos africanos. [...]
>
> A resolução exprime as idéias fundamentais que serão a base do *Rassemblement:* elaboração de uma política que reconheça e favoreça o local, a expressão da originalidade africana, rejeitando todos os entraves de uma falsa assimilação. [...] [Este ponto] não parece ser discutível para ninguém. Acreditamos, uns e outros, no valor da civilização negro-africana e pretendemos preservar os contributos que ela é suscetível de dar à civilização humana.
>
> Além disso, constatamos os malefícios da assimilação hipócrita que apenas se fez em relação aos deveres e não aos direitos. [...]
>
> O objetivo essencial do *Rassemblement* é realizar em todos os escalões da organização política a união manifestada pelos africanos.
>
> A sua tarefa primordial, no período atual, é pois a união de todas as forças anticolonialistas no interior de cada território. (*Ibid.*).

O RDA, corolário desta vontade de união, queria-se independente dos partidos políticos franceses e do seu modo de organização:

> O *Rassemblement* não é, não pode ser a seção de nenhum partido metropolitano. É uma organização africana, adaptada às condições africanas, dirigida por africanos, ao serviço da África Negra. (*Ibid.*).

Tal não impediu o RDA de, por razões de eficácia e de tática, adotar uma estratégia de alianças com os partidos franceses, nomeadamente com o PCF, ou de apoio ao governo (Félix Houphouët-Boigny, presidente do RDA, entrou para o governo francês em 1956).

A organização e a estrutura do RDA obedeceram às necessidades da união; tratava-se mais de uma federação de partidos do que de um partido propriamente dito: o RDA englobava partidos territoriais (um só por território), que conservavam as suas especificidades, o seu modo de funcionamento e se tornavam "seções locais" do *Rassemblement*. Assim, o PDCI (*Parti Democratique de la Côte d'Ivoire*) e o PDG (*Parti Democratique Guinéen*) eram seções do RDA.

Embora a capacidade de união dos partidos políticos africanos tenha permitido a criação de amplos movimentos como o RDA, isso não impede que tal união comportasse numerosos limites. Por um lado, o pan-africanismo que ela exprimia era manchado pelo peso da colonização: o RDA não encarava trabalhar com os seus homólogos das colônias britânicas, belgas ou portuguesas. Apenas Barthélémy Boganda, numa abordagem voluntarista e audaciosa, esboçou as grandes linhas de uma "África Latina" que agruparia, por etapas, os quatro territórios da África Equatorial Francesa, os Camarões, o Congo belga, assim como o Ruanda, o Burundi e Angola. Em segundo lugar, a implantação do RDA nas colônias francesas era desigual: no Congresso de Bamako, a África Equatorial Francesa apenas esteve representada por um chadiano, já que os delegados do Congo e do Gabão tinham sido impedidos de sair das suas colônias. A composição do Comitê de Coordenação, órgão diretor do partido, e da delegação parlamentar sempre se ressentiu deste desequilíbrio.

Comitê de Coordenação de 1946:		**Deputados RDA em 1947:**	
AOF	6 pessoas	AOF	8 pessoas
AEF + Camarões	1 pessoa	AEF + Camarões	2 pessoas
		Somalis	1 pessoa
Comitê de Coordenação de 1948:		**Deputados RDA em 1956:**	
AOF	8 pessoas	AOF	7 pessoas
AEF + Camarões	2 pessoas	AEF + Camarões	2 pessoas

Por último, os desacordos ideológicos e os conflitos entre pessoas fragilizaram sempre o movimento e impediram-no de ganhar toda a amplitude que os seus fundadores gostariam de lhe ter conferido: a ausência de Léopold Sédar Senghor e de Lamine Guèye, ambos membros da SFIO, no Congresso de Bamako;

as tentativas de oposição de Fily Dabo Cissoko neste mesmo Congresso; a criação dos *Indépendants d'Outre-Mer*; as polêmicas sobre as relações entre o partido e o Partido Comunista Francês e o desacordo entre Félix Houphouët-Boigny e Gabriel d'Arboussier sobre a estratégia a adotar; a secessão de várias seções...

Porém, apesar destes fracassos e dos seus limites, o RDA manteve-se como a força política mais conhecida do período da descolonização nos territórios franceses: assinalou uma profunda ruptura com o militantismo tradicional no seio dos partidos políticos franceses e mostrou-se decidido a lutar pelo bem-estar dos africanos. A desintegração da África Ocidental Francesa e as dificuldades posteriores às independências, longe de enfraquecerem o RDA, fizeram dele uma espécie de mito que, no contexto francófono, encarnou as horas gloriosas do pan-africanismo e do anticolonialismo[11].

3. *Os métodos de ação política*

Consoante as suas ambições políticas, as suas ideologias, os seus programas, as condições em que se encontravam, mas também os seus modos de organização – partido político, facção militante, sociedades secretas –, as forças políticas africanas utilizaram diferentes modos de ação. Quando a assimilação permitia eleições e a presença de representantes nas instâncias oficiais, a luta podia travar-se no domínio parlamentar: foi o que se passou na França. A luta armada impôs-se sempre que a negociação se mostrou impossível. Entre estes dois extremos, o que dominou foi uma luta política muito complexa, aliando as ações de massa e as negociações políticas. Assim, em 1946, os deputados malgaxes presentes na Assembleia Constituinte Francesa, partidários da negociação, apresentaram, sem êxito, é verdade, o seguinte projeto de lei:

> Proposta de lei:
>
> Artigo 1.º – É, e permanecerá revogada, a lei de 6 de agosto de 1896.
>
> Artigo 2.º – Madagascar é um Estado livre, e tem o seu governo, o seu parlamento, o seu exército, as suas finanças, no seio da União Francesa.

Porém, fosse porque não tinham sido autorizados a dialogar, fosse porque as suas posições eram menos moderadas e mais radicais pela própria natureza da sua inspiração política, fosse porque quisessem precipitar os acontecimentos, fosse, por fim, porque tivessem o sentimento de que a negociação não levava a lado nenhum nos pontos por que se batiam e que só a passagem aos atos poderia abalar o colonizador, alguns partidos políticos recusaram as conversações e optaram por posições mais radicais. No caso extremo, quando a luta parlamentar parecia votada ao fracasso e a luta política não parecia suficiente, os nacionalismos africanos recorreram à "guerra de independência".

Um dos episódios mais célebres da luta armada na África do pós-guerra situa-se na ilha de Madagascar: com efeito, a história malgaxe assume um caráter muito especial; o nacionalismo manteve-se vivaz ao longo de toda a colonização, animado por sociedades secretas como o VVS (*Vy Vato Sakelika*, isto é, "Ferro Pedra Rede") e o JINA, por partidos políticos clandestinos como o Pa-Na-Ma (Partido Nacionalista Malgaxe); depois da guerra, as organizações nacionalistas fizeram circular uma palavra de ordem, "a independência não se pede, conquista-se", que desembocou na insurreição de 1947. Para Madagascar, os acontecimentos de 1947 foram a curto prazo e no plano militar um fracasso dos mais sangrentos (o número mais aceito de mortos pelas armas ou pela fome é o de 100.000). Porém, a longo prazo, revelou-se como a época mais forte e a referência obrigatória do nacionalismo malgaxe. Noutras colônias, os partidos políticos puderam travar lutas armadas vitoriosas que fizeram recuar a colonização, como foi o caso da UPC nos Camarões.

A tática escolhida dependia muito da atitude da administração. A existência dos partidos políticos e o seu trabalho às claras pressupunham geralmente o acordo da administração, um reconhecimento oficial ou, na pior das hipóteses, tolerância. Na ausência desse acordo, os partidos eram obrigados à clandestinidade, com todos os riscos que isso supunha. Mas, mesmo com o acordo mais ou menos tácito da administração colonial, a vida dos partidos políticos era muitas vezes movimentada: reuniões sempre vigiadas por pessoas criteriosamente infiltradas, manifestações proibidas ou brutalmente interrompidas, documentos confiscados, correspondência desviada, incômodos de toda a espécie no que se referia a deslocamentos no interior do país ou ao estrangeiro, transferências de líderes que pertencessem à função pública, e, por vezes também, violências, prisões, massacres.

A ação parlamentar: os *Indépendants d'Outre-mer*

O grupo dos Independentes do Ultramar (*Indépendants d'Outre-Mer*- IOM), muito diferente do RDA ao qual foi muitas vezes comparado ou oposto, não foi concebido como um partido político: enquanto os partidos juntam no seu seio homens que comungam mais ou menos das mesmas ideias, da mesma ideologia, homens que militam juntos no terreno, os Independentes do Ultramar (cujo grupo é mencionado pela primeira vez em 1948) justapuseram homens de ideias variadas, pertencentes a tendências ou partidos políticos por vezes opostos, com opiniões políticas muitas vezes divergentes (viria a operar-se com o correr do tempo uma concentração em volta dos valores democrata-cristãos), não se impondo, pelo menos a princípio, uma palavra de ordem para uma ação comum no terreno. O seu agrupamento se fez com base num simples grupo parlamentar, de resto muito eficaz: essa situação conferia-lhes um estatuto legal e oficial assim como diversos direitos e privilégios na Assembleia, a participação nas comissões, gabinetes e outras reuniões, a contribuição para a adoção da ordem do dia nos

debates da Câmara, em Paris, a faculdade de apresentarem emendas e moções, de interpelarem o governo. A sua constituição em grupo parlamentar conferia-lhes também, e sobretudo, um peso com o qual os outros deputados deviam contar: assim, em 1955, Christian Pineau não pôde ser nomeado chefe do governo porque lhe faltaram os votos dos IOM com os quais não se chegara a um entendimento.

Assim, entre os IOM havia homens de horizontes muito diferentes, embora majoritariamente africanos da África Negra, entre os quais os três tenores do movimento, Léopold Sédar Senghor (Senegal), Jean Aubame (Gabão) e Nazi Boni (Alto Volta), mas também argelinos, habitantes da Costa Francesa dos Somalis (não integrada na África Negra francesa), oriundos dos outros territórios do ultramar (Nova Caledônia, Índia Francesa), assim como eleitos das regiões francesas. Estes homens estavam unidos por um programa muito vago, mas também pela vontade comum de promover um progresso real, no campo econômico, social e, mais tarde, político, nas colônias da França.

A estratégia dos IOM para atingirem o seu objetivo foi a manobra parlamentar. Para tal, granjearam uma imagem de moderação: manifestaram a vontade de não precipitarem os acontecimentos e de procederem a reformas por etapas; tomaram partido nos conflitos que opunham a França ao mundo exterior, manifestando assim uma grande fidelidade à "nação" (isto é, à França); finalmente, não evocavam a ideia de independência e não hesitavam em louvar a ação da França nas suas colônias:

> Temos muito que aprender. Ser-nos-ão necessários vários anos para construirmos solidamente a nossa casa. Digo e repito que não queremos separar-nos da França, pelo contrário: devemos considerar-nos como jovens pajens que apenas servem para segurar a cauda do vestido da grande dama França, e que devemos trabalhar para nos tornarmos talvez um dia o esposo de pleno direito da nossa protetora. [...]
>
> Hoje em dia o nacionalismo está ultrapassado, e os homens, senão mesmo os povos, preferem as liberdades à Liberdade, à independência do seu país preferem a independência material e moral de cada um dos seus concidadãos. [...]
>
> Em comparação com o que se passa nos países africanos vizinhos, verificamos que apenas a França soube preencher a sua missão civilizadora. (Declaração de Léopold Sédar Senghor no Congresso de Bobo-Dioulasso, fevereiro de 1953, declarações relatadas por *L'Éveil du Bénin*, 15 de fevereiro de 1953).

Para os franceses, esta atitude era tranquilizadora e predispunha a ouvir as reivindicações feitas. Para os outros partidos africanos, nomeadamente os do RDA, os IOM eram "colaboradores", "pequeno-burgueses reacionários" e "vendidos".

A sua ação no seio do Parlamento e também nos sucessivos governos foi possível graças ao estabelecimento de sólidas pontes com o MRP (Movimento Republicano Popular), o partido francês símbolo do centro e que se dizia estar em todos os governos. Graças a ele, os IOM puderam continuar a sua ação quando já

não perfaziam o número suficiente para constituírem grupo parlamentar (eram necessários catorze no mínimo). Estavam também ligados à administração colonial, tendo obtido funções de prestígio tanto no poder executivo como no legislativo. Na ação parlamentar, deram provas de grande organização e de real eficácia, repartindo entre si a participação nos trabalhos das comissões, intervindo regularmente nos debates (435 intervenções em três legislaturas contra 222 para o RDA e 301 para a SFIO) incluindo os debates franco-franceses, propondo textos legislativos (48 propostas de lei em 12 anos), concedendo os seus votos para a investidura da quase totalidade dos primeiros-ministros da IV República (1946-1958) até 1955. Esta tática deu os seus frutos, uma vez que os Independentes do Ultramar contribuíram para a adoção de numerosas reformas favoráveis à evolução nas colônias francesas: reforma eleitoral de 1951, que alargava o direito de voto, e reforma municipal de 1955, que aumentava o número de municipalidades na África, adoção do Código do Trabalho do Ultramar em 1952, criação do Instituto dos Altos Estudos de Dacar etc. Os IOM contribuíram certamente também para a progressão entre os políticos franceses do interesse e das ideias a respeito do futuro da África.

A história dos IOM é a de um meio fracasso: com efeito, na década de 1950, a sua influência começou a declinar junto dos eleitores, que exigiam uma ação mais resoluta e uma evolução mais rápida, mas também na vida política francesa, que parecia prestar-lhes cada vez menos atenção. Os êxitos eleitorais do RDA e a integração dos eleitos do RDA no seio do governo, depois da sua ruptura com o PCF (1951), fizeram dos IOM o novo interlocutor da França para os assuntos africanos. Os IOM foram obrigados a mudar de tática e a entrar progressivamente na oposição à política da França. Em breve passaram da vontade de constituírem uma "federação" entre a França e a África para a reclamação de uma "confederação" que uniria países independentes. A análise do movimento com o passar dos anos parece mostrar que, embora na década de 1940 a colaboração com o colonizador tivesse sido politicamente eficaz, no decurso da década de 1950 mostrou ser uma estratégia cada vez menos compensadora: comparada com a ambiguidade e a moderação do seu projeto, a ação política mais determinada e mais agressiva de outros partidos, na África francesa mas sobretudo britânica, recebeu maior apoio da população e obteve resultados mais rápidos.

A luta política: o CPP

O *Convention People's Party* (CPP) da Gold Coast nasceu em 1941 de uma dissidência da UGCC (*United Gold Coast Convention*): com efeito, uma oposição cada vez mais marcada havia começado a dividir os membros da UGCC entre, por um lado, uma maioria de intelectuais, de membros da elite da classe média, entre os quais se contavam muitos advogados e homens de outras profissões de prestígio, geralmente favoráveis a uma evolução suave e sem dúvida mais preocupados com

os seus interesses próprios do que com o acesso à independência, e, do outro, um grupo mais jovem, mais determinado e mais progressista, desejoso de ver os progressos políticos avançarem e de que a independência não fosse realizada em proveito das classes privilegiadas. Kwame Nkrumah, o líder do novo partido, anteriormente secretário-geral da UGCC, afirmou mais tarde:

> Era quase inútil associar-me a um movimento quase inteiramente apoiado por uma classe média reacionária, de advogados e de comerciantes, porque as minhas idéias e o meu passado revolucionários me impediam de trabalhar com eles.

O CPP apoiou-se portanto numa base mais radical, essencialmente nos diferentes movimentos de juventude do território, agrupados no seio do CYO (*Committee of Youth Organisation*): em 1950, a mudança da idade que dava direito de voto dos 25 para os 21 anos contribuiu para alargar a sua base eleitoral. O órgão executivo do partido era, aliás, constituído quase exclusivamente por pessoas oriundas das camadas populares e contava com raríssimos diplomados do ensino superior.

O discurso do CPP e do seu líder era o mais claro possível: "*Self-Government Now*". O programa era menos preciso: o partido não tinha nenhuma ideologia definida; estava sobretudo determinado a chegar o mais depressa possível à autonomia e, como salienta Adu A. Boahen, "estava pronto a utilizar todos os meios para atingir os seus fins". Desde princípios de 1949 eram lançados ultimatos à Grã-Bretanha:

> Se na data de 1 de abril não tivermos obtido a autonomia, começaremos a libertar-nos nós próprios segundo o nosso próprio programa de ação. (Sachi Scheck, comunicação à *Sekondi Youth Association*, janeiro de 1949).

O CPP soube jogar com toda uma gama de meios de pressão, a que se chamou *Positive Action*: não cooperação com a administração colonial e os brancos em geral, desobediência civil, agitação, propaganda alargada, principalmente por intermédio dos jornais, aliança e negociação com os sindicatos (nomeadamente durante a greve geral de janeiro de 1950), greves e boicotes, grandes marchas, campanhas de imprensa, tudo isso com uma dupla finalidade: levar a população a reagir para não a deixar resignar-se à sua sorte de colonizada, e obter a reunião imediata de uma Assembleia Constituinte que seria encarregada de dotar o país da autonomia e de um governo responsável. O tom utilizado contrastava singularmente com a moderação da UGCC:

> Mantém-te pronto, povo da Gold Coast, a era da ação positiva aproxima-se. O Comitê falhou na sua tentativa de fazer aceder o povo deste país à autonomia completa; o Conselho Legislativo falhou na sua tentativa de pedir a autonomia para o país; o Conselho Territorial dos Chefes falhou na sua tentativa de pedir a autonomia para o país; e o governo britânico recusou com habilidade aquiescer ao verdadeiro e legítimo pedido de autonomia formulado por este país. [...]

> O que o povo deste país pede agora é a convocação de uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE pela via de eleições gerais, a fim de determinar a constituição de um verdadeiro governo de autonomia para este país.
>
> O povo deste país esperará pacientemente durante duas semanas a contar deste dia, 15 de Dezembro de 1949, período durante o qual o governo britânico deverá anunciar, pela voz do seu Governador, que aceita o princípio da instalação de uma Assembléia Constituinte sem quaisquer prazos; senão, a ação positiva será lançada em qualquer momento após se ter esgotado o prazo anunciado de duas semanas.
>
> Povo da Gold Coast, mantém-te pronto e prepara-te para o grande dia, se ele chegar. (Kwame Nkrumah, discurso consignado pelo *Evening News*, 16 de Dezembro de 1949).

Esta mensagem inegociável teve um enorme êxito em dois domínios. Em primeiro lugar, a população aderiu maciçamente a este programa progressista e ao CPP: as eleições municipais de 1951 e sobretudo as eleições gerais vieram provar que o CPP se tornara o partido majoritário na Gold Coast. Em segundo lugar, os êxitos obtidos pelo CPP obrigaram os britânicos a mudar de tática, isto é, a cessarem de perseguir os seus quadros, a aceitar trabalhar com o partido e a acelerar o processo de independência. Esta reviravolta foi, no essencial, obra de um governador lúcido e hábil, Sir C. Arden Clarke:

> Nkrumah e o seu partido tinham a massa da população a segui-los e não havia qualquer outro partido que fosse suficientemente representativo e para o qual nos pudéssemos virar. Sem Nkrumah, a Constituição teria sido natimorta e se ninguém tivesse respondido às esperanças, às aspirações e às propostas concretas para uma progressão concreta para a autonomia, deixaria de haver confiança nas boas intenções do governo britânico. [...] A Gold Coast teria mergulhado na discórdia, na violência e num banho de sangue. (1958).

O *Convention People's Party* foi por isso chamado, em 1951, a constituir um governo transitório encarregado de participar nos assuntos do território e, depois, de o orientar para a independência.

Um movimento revolucionário: a UPC

O nacionalismo, particularmente vivo nos Camarões, foi sem dúvida indiretamente alimentado pelas particularidades da história do território, teatro dos combates entre europeus, que passou das mãos dos alemães para as dos franceses e dos britânicos, tendo portanto vivido já uma espécie de primeira descolonização, que fora dividido, instituído em mandato da Sociedade das Nações, depois progressivamente assimilado às outras colônias. Em setembro de 1945, quando os Estados-Gerais da Colonização reunidos em Douala acabavam de reafirmar a adesão dos colonos às formas mais retrógradas da colonização, esse nacionalismo jorrou com violência, na parte francesa do território, um

pouco à semelhança de Madagascar, desencadeando uma série de tumultos mais ou menos espontâneos, reprimidos de forma sangrenta. Mas a necessidade de os nacionalistas se organizarem e se dotarem de um movimento estruturado levou à criação da UPC (União das Populações dos Camarões), que não foi, longe disso, o único partido camaronês, mas que ocupou um lugar de destaque, quer por sua audiência, quer por seu papel na conquista da independência.

O que caracterizou a UPC, em comparação com a maioria dos partidos políticos africanos da mesma época, foi o radicalismo de que deu mostras. Não que os outros partidos apenas tenham exprimido ideias moderadas, mas porque a UPC se mostrou radical desde a sua criação e recusou sempre desviar-se desta tendência, quer moderando o seu discurso, quer aceitando colaborar com o colonizador, quer até cedendo à pressão geral que levou à ruptura dos laços privilegiados entre os partidos camaroneses e o movimento comunista internacional, mais particularmente francês.

A UPC, criada em 1948, viu, desde o início, "a ala radical do movimento colonial [levar] a melhor sobre a ala moderada" (Richard Joseph): com efeito, o programa do partido era drástico e comportava dois objetivos sobre os quais não havia qualquer intenção de ceder: a conquista da independência e a reunificação dos dois Camarões. Na paisagem política africana, tratava-se de uma posição extrema, raramente expressa com tanta clareza:

> Enquanto os colonialistas preparam a intriga e a provocação para desviarem as atenções da Missão da sua visita e enganarem a opinião pública camaronesa, o povo, com a UPC e os outros movimentos progressistas na vanguarda, reclamará a sua independência... Independência imediata. As forças patrióticas que vão colocar o problema da Independência Imediata sabem:
>
> – que a sua causa é justa;
>
> – que, conseqüentemente, têm o justo direito do seu lado;
>
> – que têm a aprovação de todo o povo, sejam quais forem os falsos alardes provocados por homens de passagem como Roland Pré [governador dos Camarões franceses];
>
> – que têm o apoio de todos os povos do mundo. Sobre este último ponto, não é possível fazer aqui uma análise completa da ação que se faz pelo mundo para apoiar o povo camaronês mártir do terror colonialista. [...]
>
> No início deste ano, por ocasião do debate sobre a política do governo no Norte da África, o general Aumeran declarava na tribuna da Assembléia Nacional: A França perderá o seu lugar de grande potência no dia em que tiver perdido todas as colônias. Podemos inverter a expressão dizendo que a França não merecerá nunca o seu lugar de grande potência enquanto continuar a oprimir as colônias. O mesmo se passa em relação a qualquer outra grande potência que domine um império colonial. Mas, mais do que nunca, as colônias estão decididas não só a

> libertar-se do jugo colonial, mas também a ajudarem os povos de países opressores a criarem entre eles as condições de um governo que deixará de basear a sua política na opressão e na exploração dos outros países. [...]
>
> Mas seja qual for a amplitude da solidariedade e da simpatia que nos são asseguradas do exterior, é o nosso próprio esforço que deve determinar a salvação nacional. [...]
>
> Assim, caros compatriotas, chegou a hora de pormos de lado todas as querelas subalternas para que todas e todos façamos um bloco para impor a Unificação e a Independência imediata do nosso país, para que nos lancemos ao trabalho de edificação do nosso jovem Estado com base num programa que o nosso movimento vos propôs por outra via. (Texto de Félix Roland Moumie, Abel Kingué e Ernest Ouandié, *Maquis*, 3 de outubro de 1955, citado em Ruben Um Nyobe, *Ecrits sous maquis*, Paris, L'Harmattan, 1989, pp. 108-109).

Já na época se debatia, tal como hoje, se a UPC era ou não um partido comunista. É verdade que existem numerosos pontos de convergência ou de semelhança entre os partidos comunistas estrangeiros, em particular o PCF, e a UPC: os líderes do partido tinham sido formados nas ideias marxistas e serviam-se tanto da sua dialética como do seu vocabulário; o partido era organizado como partido de massas e atribuía um lugar muito importante às seções locais; os laços com os sindicatos próximos da CGT na França eram estreitos; além disso, o partido mantinha relações privilegiadas com o PCF, que o ajudou em muitas dificuldades e contribuiu com os seus escritos, nomeadamente na imprensa, a advertir a opinião pública francesa sobre a situação nos Camarões. Algumas asserções da UPC, de inspiração jdanovista, parecem confirmar esta ideia de que a UPC era um partido comunista:

> Formaram-se dois campos: o campo do imperialismo e da guerra, encabeçado pelo imperialismo americano: é neste campo que se encontram os colonialistas; e o campo da democracia e da paz, à frente do qual se encontra a União Soviética: é neste campo que se encontram a classe operária e os democratas de todos os países. É também neste campo que se encontram todos os povos em luta pela libertação do jugo colonial. (Ruben Um Nyobe, extrato do Relatório apresentado ao primeiro Congresso da União das Populações dos Camarões, *Dschang*, 10 de abril de 1950, citado em *Ecrits sous maquis*, Paris, L'Harmattan, 1989).

Os trabalhos de Richard Joseph mostraram pelo contrário que "a UPC não era de maneira nenhuma um partido comunista... A melhor designação para a ideologia da UPC é a de nacionalismo revolucionário". É verdade que a UPC não tinha por objetivo instaurar um Estado de tipo socialista. A radicalização das suas posições deve muito à atitude que os colonizadores adotaram para com ela. Embora legalmente autorizada, a UPC teve de agir numa meia clandestinidade até 1955 e esquivar-se constantemente para fugir à coação da administração. Os tumultos

verificados nesta data, embora ao que parece não tenham sido obra da UPC, deram pretexto à administração colonial para proibir um partido que começava a incomodá-la seriamente: teve então de entrar numa clandestinidade total e continuar a sua ação a partir do *maquis* (resistência). Era no entanto o movimento nacionalista mais representativo nos Camarões da década de 1950. Enquanto, até então, o partido procurara por todos os meios atuar no campo das contradições jurídicas (ações junto à ONU, segundo tutor do território sob mandato e insistência na particularidade do seu estatuto e da sua não pertença à França, nomeadamente), e após ter agido de forma vã para fazer anular a sua interdição, foi obrigado a mudar os seus métodos e a organizar-se como um verdadeiro movimento de guerrilha, que pôde continuar a trabalhar nas profundezas do país e, sobretudo, lutar contra os "colaboradores" do sistema colonial. A morte do seu dirigente, Ruben Um Nyobe, em circunstâncias ainda pouco claras (13 de setembro de 1958), sobreveio no momento em que os franceses, tendo compreendido que a independência era inevitável, empreenderam liquidar sistematicamente a UPC e transferir o poder para personalidades que não tinham combatido o colonialismo e que, apoiando-se no regionalismo, representavam "as forças conservadoras e antinacionalistas do país" (Richard Joseph).

A luta armada: o *Mau-Mau*

A situação no Quênia era sensivelmente diferente da de muitas outras colônias africanas, na medida em que, como colônia de povoamento, tinha no seu solo um grande número de brancos, os quais detinham as melhores terras e o poder. Assim, os africanos tinham sido reduzidos ao estado de proletariado, tanto na zona rural onde eram na sua maioria trabalhadores sazonais agrícolas ou *squatters*, como na zona urbana onde uma classe operária começara a emergir. Neste contexto, o protesto social, principalmente entre os kikuyus, tinha já um longo passado quando começou a transformar-se em reivindicação nacional e independentista.

O *Mau-Mau*, um dos movimentos de revolta mais espetaculares do fim da era colonial, emergiu na década de 1940 num terreno propício à contestação. O movimento, que, na origem, era essencialmente camponês, recrutou aderentes principalmente entre os kikuyus, mas também entre os merus, os kambas e os embus. O *Mau-Mau* era muito diferente dos movimentos políticos que emergiam no continente africano. Por um lado, não se constituía em partido político. Além disso, integrava um baixo grau de consciência política, não assentava em qualquer construção ideológica, exprimia mais uma espécie de "saturação", uma vontade de destruir um sistema social e político insuportável, mais do que uma vontade de construir uma ordem nova: a vontade dos insurretos era reduzir a colonização a frangalhos para devolver o seu lugar à ordem antiga.

O *Kenya Land and Freedom Army*, como os membros do movimento lhe chamavam, era ao mesmo tempo um exército de guerrilha, uma horda que praticava o banditismo e uma sociedade secreta. Uma parte dos seus membros agrupava-se nos campos e organizava verdadeiros *raids*; outra parte era constituída por informantes, espécie de exército de serviço secreto e tropa pronta a substituir outros, disposta a entrar em ação em caso de necessidade, guardando segredo absoluto sobre todas as suas atividades, residindo por vezes no círculo mais próximo dos plantadores europeus, os quais viviam assombrados pelo medo de serem traídos e atacados pelos próprios empregados. Como testemunha a canção que se segue, havia dois tipos de pessoas visadas pelas ações do movimento, os brancos mas também, e sobretudo, os africanos que colaboravam com os brancos:

Vós, brancos, vós sois estrangeiros no nosso país,
Vós trouxestes a escravatura e a exploração ao nosso país;
Agora, deixai o nosso país.
Eu combaterei, eu combaterei o nosso inimigo,
Eu combaterei o nosso inimigo
Até que o nosso país seja livre.
E vós, traidores que nos vendeis
Ao opressor branco,
Vós deveis saber
Que expulsaremos o opressor branco
Deste país,
Então, haveis de pagar
Os vossos atos de traição
Com a vossa vida.

(Citado por William R. Ochieng e Karim K. Janmohamed, Some Perspectives on the Mau-Mau Movement, *Kenia Historical Review*, vol. 5, nº 2, 1977, pp. 308-309).

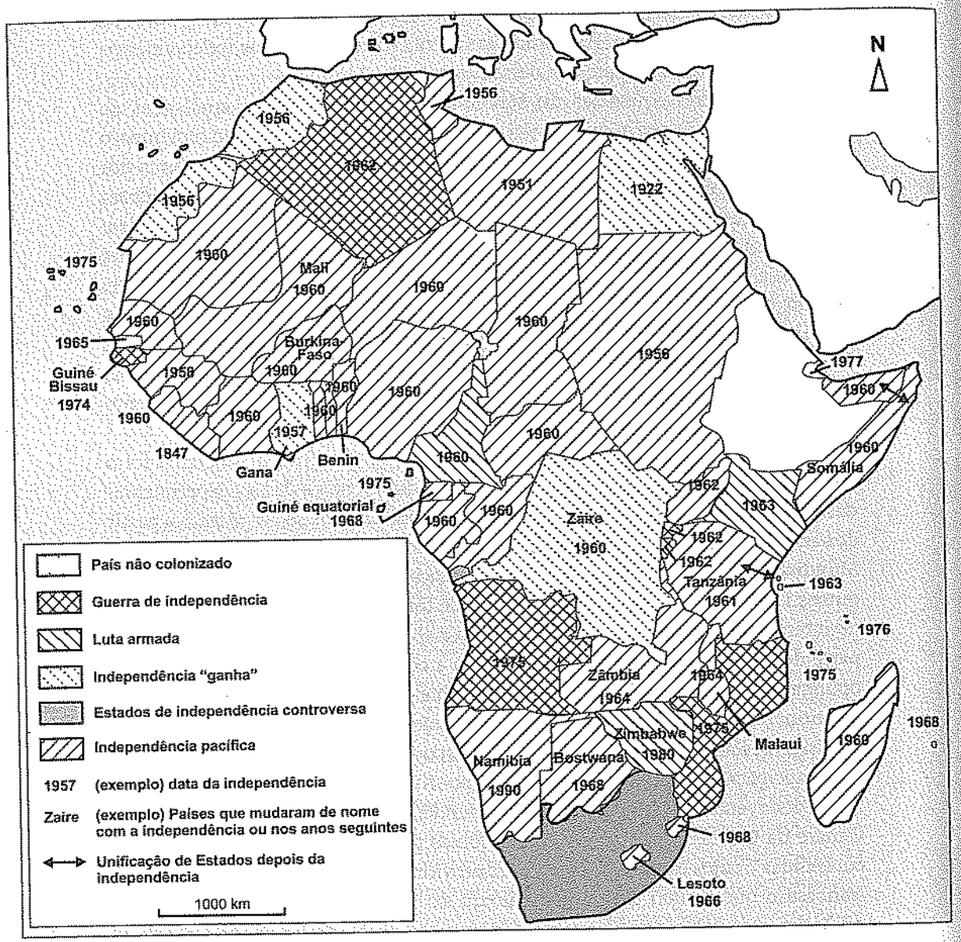
Já se consagraram numerosos estudos aos *Mau-Mau* visando estabelecer se se tratava de uma simples *sedição* camponesa ou de um autêntico movimento nacionalista, se se devia falar de guerrilha ou de guerra (registraram-se cerca de 15 000 mortos), se o movimento foi uma revolta ou uma verdadeira revolução; e as opiniões estão muito divididas. Uma das questões mais controversas é a do papel e do balanço do *Mau-Mau* no processo de acesso à independência. Por um lado, o movimento foi uma derrota militar: o clima de insegurança em que mergulhou o país a partir de 1949 obrigou a administração colonial a declarar o estado de sítio em 1952, a pedir a ajuda das tropas britânicas e a utilizar os meios mais expeditos para frear a rebelião (prisões, *raids* e concentração das populações, sob o pretexto de as proteger do movimento, mortes etc.). Por outro lado, o diálogo com as forças políticas nascentes foi rompido: Jomo Kenyatta, embora se tenha sempre

declarado firmemente contra o emprego da força, foi declarado responsável e chefe oculto do movimento, tendo sido encarcerado durante dez anos; os kikuyus foram excluídos da vida política. Por último, o Quênia só adquiriu a sua independência em 1963, mais tarde do que a maioria das colônias britânicas.

Mas as consequências do *Mau-Mau* podem também ser analisadas de maneira positiva: o terror que reinou nos campos provocou um vasto movimento de emigração de colonos brancos e começou a fazer desaparecer a economia dos colonos plantadores; os novos atores nos meios urbanos (operários, trabalhadores não qualificados etc.) permitiram unir as forças do país num mesmo objetivo; a prisão de Jomo Kenyatta fez dele um herói, e, portanto, o chefe incontestado para o acesso à independência, obrigando os europeus a reatarem o diálogo com ele. Por fim, e sobretudo, o apelo dos brancos às forças britânicas provou à metrópole que o país não poderia ser controlado pelos brancos e que a independência deveria fazer-se com os africanos: o Quênia conseguiu assim evitar a descolonização tardia, prenhe de muitas incertezas sociais e econômicas, das colônias de povoamento da África Austral.

Sem qualquer dúvida, o acesso das colônias da África à soberania foi o corolário de múltiplas formas de resistência, de dissidência e de luta experimentadas pelo continente desde o início da colonização, as quais se ampliaram a partir dos anos 1930, para se radicalizarem quase por todo o lado após a Segunda Guerra Mundial. Mas o ritmo do processo de emancipação teve de contar ainda com outros fatores, em especial com a relação de forças entre as formações políticas no interior dos Estados colonizadores, com a abordagem da questão colonial por parte dessas formações e, por último, com a competição e as contradições que opunham as grandes potências entre si. Na febre dos acontecimentos que agitaram o continente durante a grande década das "independências", entre 1955 e 1965, os dirigentes africanos mais radicais elaboraram a sua própria visão do processo de emancipação. Amplamente inspirados por Kwame Nkrumah, o "abre-alas" da África independente, opunham as "independências conquistadas", como as do Gana e da Guiné, e, mais tarde, das colônias portuguesas, às "independências concedidas", cujos exemplos mais claros proviriam dos territórios sob dominação francesa e que teriam sido a antecâmara do neocolonialismo. Concebida na polêmica, esta classificação era ainda demasiado esquemática e demasiado sumária para dar conta da complexidade das diversas situações em que houve sempre, em proporções altamente variáveis, uma parte de combate e uma parte de negociação. Por isso, poderíamos contentar-nos com estabelecer a distinção entre as "independências negociadas", de que o Senegal e o Tanganica foram bons exemplos, e as "independências adquiridas", segundo o modelo dos Estados Unidos da América no século XVIII, a que Kwame Nkrumah gostava de se referir para o caso do Gana (documento 94).

Documento 94: As independências na África, modalidades



NOTAS

* Sophie LE CALLENNEC

[1] O movimento é conhecido geralmente por revolta do Alto Sangha, revolta *gbaya* ou guerra do *Kongo-wara*.

[2] Albert Memmi, *Portrait du colonisé*, 1957, e Franz Fanon, *Peau noire, masques blancs*, 1952. NREB: Edições em português: *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* e *Peles negras, máscaras brancas*.

[3] Expressão inglesa que significa "levar vida de forçado".

[4] Título do artigo de David Anderson e David Throup em *Journal of African History*, 26, 1985.

[5] "The Asian Mirror to Tropical Africa's Independence", *in* Prosser Gifford e W.M. Roger Louis (ed.), 1982.

[6] Ver Elikia M'Bokolo, "De la petite bourgeoisie coloniale à la bourgeoisie néo-coloniale: le cas du Zaïre", *in* P. Bezbakh *et alii*, *Aproches de la transition*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1981.

[7] Título de um livro notável do queniano Tom Mboya.

[8] Título de uma obra de Michel Fabre, publicada em 1985, tendo por subtítulo "De Harlem à la Seine" (De Harlem ao Sena).

[9] CGTA: Confederação Geral dos Trabalhadores Africanos; UGTAN: União Geral dos Trabalhadores da África Negra.

[10] O primeiro partido a aparecer na África Negra foi sem dúvida o *True Whig Party*, na Libéria, em 1860, seguido por outras formações na Gold Coast e na África do Sul.

[11] Ver em especial os testemunhos recolhidos no Colóquio de Yamussukro (outubro de 1986) e publicados em *RDA, 40 ans*, Abidjan, CEDA, 1987.